



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro e
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

ATA DA REUNIÃO - COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU.

I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 13 de Março de 2020, às 08h30, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II – MODO DE CONVOCAÇÃO: Os integrantes do Comitê, Magistrados e Serventuários, foram convidados, via whatsapp, pela Assessoria de Planejamento e Organização – ASPLAN/TJAP.

III - PAUTA: 1) Aprovação da Ata da Reunião Anterior; 2) Apresentação da Execução Orçamentária 2019; 3) Apresentação do Ciclo Orçamentário 2021; 4) Informação Sobre a Revisão do Planejamento Estratégico do TJAP; 5) O que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Presentes os Juízes MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL - Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA – Juiz Auxiliar da Presidência; ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO, ALAÍDE MARIA DE PAULA. O Juiz JOSÉ BONIFÁCIO LIMA DA MATA, representante da AMAAP, justificou sua ausência. Compareceu a Juíza LUCIANA BARROS DE CAMARGO, representando a AMAAP. Também estiveram presentes os serventuários MARCELO VICTOR MIRANDA; ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES; MAC DONALD DE SOUZA MATOS; LUCINETE OLIVEIRA DA SILVA; LADILSON COSTA MOITA e NEY ARNALDO PARENTE – Representante do SINJAP. Registrada as presenças dos Servidores JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA, que apresentou o item II da pauta – Execução Orçamentária 2019; AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERY, que apresentou o item III – Ciclo Orçamentário para 2021; JOB DUARTE MORAIS, que apresentou o item, IV e o Assessor de Planejamento, JOÃO DE SOUZA TRAJANO.



V – DELIBERAÇÕES: 1) Aprovação da Ata da Reunião Anterior – Em virtude da juntada da Ata aos documentos comprobatórios para o Selo da Qualidade do CNJ, e considerando a edição da Portaria 283/2019-CNJ, que alterou a nova composição dos Comitês, a Ata da reunião do dia 22 de novembro/2019 foi assinada antecipadamente pelos integrantes da Resolução anterior e aprovada sem ressalvas. **2) Apresentação da Execução Orçamentária 2019.** Feita a abertura dos trabalhos pela Juíza MARINA LORENA VIDAL, o servidor JOUDSON MEDEIROS, do DEFIN, fez a explanação da Execução do Orçamento do TJAP/2019, a partir do Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, que finalizou o ano de 2019, com todas as incorporações, no montante de R\$ 356.221.799,00, assim discriminado: Escola Judicial (EJAP) – 885.000,00; Manutenção Administrativa – 335.629.468,00; Comunicação Social – 432.896,00; Priorização do 1º Grau – 91.913,00; Estruturação do Fundo de Registro Civil (FERC) – 639.386,00; Renovação e Ampliação no Parque de TI – 3.412.278,00; Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça (FMRJ) – 7.888.232,00; Apoio ao Juizado da Infância e Juventude (FAJIJ) – 6.235.615,00; e Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Administrativas – 1.007.011,00. Em relação ao percentual por Grupo de Natureza de Despesas: Pessoal – 79,40% - 282.852.973,00; Custeio – 18,73% - 66.712.411,00; Investimento – 1,87% - 6.656.415,00. Feita a explanação da Execução do Orçamento 2019 e esclarecidas todas as dúvidas. Foi informado que a Assessoria de Planejamento e Organização – ASPLAN, tendo em vista a nova composição do Comitê, daria acesso aos novos membros, para acompanhamento da execução orçamentário do Tribunal via Sistema de Informação Gerencial – SIG. Em seguida, passou-se para o item seguinte. **3 – Apresentação do Ciclo Orçamentário para 2021** – O servidor da ASPLAN, AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERI, esclareceu sobre os prazos constitucionais para a elaboração da LDO. Nesse sentido, até 31 de abril o Executivo encaminha projeto para o Legislativo estadual, que por sua vez tem até o dia 30 de junho para apreciar o projeto. Para esses efeitos, as Unidades Setoriais deverão lançar no SIG/SISTEMA ORÇAMENTÁRIO, as despesas referentes à Pessoal e seus Encargos, Custeio, Investimentos e Estimativa de Receitas Próprias no período de 10/05 a 30/05. As reuniões dos Comitês Orçamentários deverão ocorrer até o mês de junho. A ASPLAN consolidará os dados até 31/07, para apreciação do Tribunal Pleno no mês de agosto e encaminhamento ao Poder Executivo; 31



de julho é o prazo para o Executivo apresentar os estudos e estimativas de receita para 2021, com a respectiva memória de cálculos. Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), os prazos são os seguintes: A Proposta Orçamentária do TJAP/2021 será encaminhada para consolidação do Poder Executivo até 31 de agosto; 30 de setembro o Executivo encaminha ao Legislativo; 22 de dezembro o Legislativo deve aprovar Proposta Orçamentária 2021 e encaminha ao Executivo para sancionar a Lei; 31 de dezembro para o Executivo sancionar a LOA. **4 – Informação Sobre a Revisão do Planejamento Estratégico do TJAP** – Nesse item, JOB MORAIS, do Escritório de Projetos - ASPLAN/TJAP, esclareceu que o CNJ já deliberou sobre os Macrodesafios para o período 2021/2026. Até maio de 2020, o CNJ vai emitir uma nova Resolução substituindo a 198/2014, que entrará em vigor a partir de janeiro de 2021. A partir da nova Resolução os Tribunais irão refazer/revisar seus planejamentos estratégicos. Para isso, os Comitês como parte importante nesse processo de construção participativa, irão discutir a Missão, os Objetivos, os Valores do Mapa Estratégico 2015/2020, para adequar às exigências da nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário, bem como às demandas da sociedade amapaense. Na oportunidade, foi confirmado o empenho de todos os segmentos do Comitê no processo de revisão do Planejamento Estratégico. Foi ressaltado, que em vista ao modelo do Relatório de Gestão, atualmente exigido pelos órgãos de contas do Estado, o Planejamento Estratégico é fundamental, uma vez que traz em seu bojo um conjunto de indicadores que apresentam o desempenho do Tribunal na área de apoio ou meio e área finalística ou fim, demonstrando a eficiência, eficácia e efetividade da Justiça, na prestação dos serviços aos jurisdicionados, no respeitante à prestação de contas com a sociedade pelos recursos recebidos. JOB MORAIS informou que a partir de maio abre-se o Termo de Referência para contratação da Assessoria.

5 – O que ocorrer – 1 - Levantada a questão sobre pagamento dos laudos periciais (peritos), foi sugerido a elaboração de um fluxograma, a fim de ajudar as Unidades Judiciais quanto aos procedimentos que devem adotar à agilização dos atos ordinários para tramitação e pagamento dos serviços periciais; 2 - Na oportunidade, a Juíza ALAÍDE DE PAULA sugeriu, também, estudos para a curto e médio prazos, melhorar o sistema de acesso a rampas, elevadores e banheiros, visto que os que lá se encontram não atendem mais a demanda atual ou mesmo a utilização por pessoas idosas, gestantes e por pessoas



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro e
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

portadoras de necessidades especiais; 3 – Sobre os projetos direcionados pela Unidades Judiciais e/ou Órgãos da sociedade, a serem implementados pelo TJAP, o Assessor de Planejamento, JOÃO TRAJANO, pediu a contribuição dos membros do Comitê. Na ocasião foi sugerido por MARCELO VICTOR MIRANDA que servidores a serem indicados e magistrados, de todas as Comarcas, passem por treinamento quanto aos passos para elaboração de projetos, visto a existência de recursos disponíveis para atender a projetos de natureza diversas, vinculados à seara Infanto-juvenil; Família; Cível, e grande ser a carência de serventuários habilitados para tal que possam auxiliar os usuários, na grande maioria carentes, que procuram os Fóruns com demandas dessa ordem, como ocorre, por exemplo, no SEBRAE, Prefeitura, AFAP, e encontram muita dificuldade para aprovação de seus projetos por falta desse serviço de esclarecimento. O recurso existe, mas não atende a sociedade local em virtude dessa falta de conhecimento. A idéia central é que, cada Comarca indique um servidor para ser capacitado pela ASPLAN e atender a esse objetivo. Foi proposto pelo Dr. ESCLEPIADES que se utilizasse a estrutura da Escola Judicial, sendo oficiado ao Diretor da Escola para que se organize curso para atendimento da demanda ora proposta. Sugestão aprovada por unanimidade dos presentes.

VI – ENCERRAMENTO: - Possibilidade de Reunião Extraordinária acontecer no dia 24 de abril, de acordo como definido na reunião do dia 22/11/2019. Não se confirmando, a próxima reunião do Comitê será no dia 13 de julho. E por não haver mais nada a tratar, e considerando o impacto do novo Coronavírus– Covid19 nas atividades presenciais do Comitê, a presente ata vai lavrada, e após, encaminhada e aprovada pelos presentes de forma virtual, sendo assinada por mim que secretariei e transcrevi, Edson Fernandes de Carvalho, e pela Coordenadora do Comitê. Macapá-AP, 13 de março de 2020.

Juíza Marina Lorena Lustosa Vidal
Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
e Orçamentário do Primeiro Grau